



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS

**“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO
DE REQUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA SECUNDÁRIA BOCAGE
(LICEU), NO ÂMBITO DO PRR”**

CONSULTA PRÉVIA N.º 76/2024/DAF/SECOMP/DICOMP

Junho 2024

Índice

Cláusula 1. ^a	2
Objeto do Procedimento	2
Cláusula 2. ^a	2
Preço Base	2
Cláusula 3. ^a	3
Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento	3
Cláusula 4.^a	3
Contrato	3
Cláusula 5. ^a	4
Prazo, local da entrega dos bens e gestor do contrato	4
Cláusula 6. ^a	4
Obrigações do prestador de serviços	4
Cláusula 7. ^a	5
Conformidade e Garantia Técnica	5
Cláusula 8. ^a	6
Dever de Sigilo	6
Cláusula 9. ^a	6
Proteção de dados pessoais	6
Cláusula 10. ^a	8
Condições de pagamento	8
Cláusula 11. ^a	9
Penalidades contratuais	9
Cláusula 12. ^a	9
Força maior	9
Cláusula 13. ^a	9
Resolução por parte da Câmara Municipal de Setúbal	9
Cláusula 14. ^a	9
Subcontratação e cessão da posição contratuais	9
Cláusula 15. ^a	10
Resolução de litígios	10
Cláusula 16. ^a	10
Comunicações e notificações	10
Cláusula 17. ^a	10
Apoio técnico referente à plataforma eletrónica	10
Cláusula 18. ^a	10
Contagem dos prazos	10
Cláusula 19. ^a	10
Legislação aplicável	10
PARTE II	12
Especificações Técnicas	12

Capítulo 1

Do Procedimento

Cláusula 1.ª

Objeto do Procedimento

- 1 - O presente procedimento tem por objeto a **prestação de serviços para elaboração de projeto de execução de requalificação das instalações da Escola Secundária Bocage, no âmbito do PRR**, conforme definido na Parte II – Especificações Técnicas, do presente Caderno de Encargos, nos termos do n.º 1 do Artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na versão atual, doravante designado por (CCP).
- 2 - A presente prestação é efetuada ao abrigo do Artigo 16.º, número 1, alínea b), conjugado com o Artigo 20.º, número 1, alínea c), do CCP.

Cláusula 2.ª

Preço Base

- 1 - O preço máximo que a Câmara Municipal de Setúbal se dispõe a pagar pela presente aquisição de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos é de **74.900,00 € (setenta e quatro mil e novecentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2 - O preço previsto no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licença.
- 3 - O Preço base tem com fundamento os custos médios resultantes de anteriores procedimentos para fornecimentos e serviços desta natureza, de acordo com o n.º 7 do Artigo 17.º do CCP.

Cláusula 3.ª

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelo interessado, através da plataforma de compras públicas: Acingov - <https://www.acingov.pt/>, e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.

Cláusula 4.ª

Contrato

- 1 - Deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte de papel ou em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do artigo 94º do CCP, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na versão atual.**
- 2 - A Câmara Municipal de Setúbal celebrará o contrato escrito através da elaboração de um clausulado em suporte de papel.
- 3 - O contrato é composto pelos esclarecimentos e retificações das peças do procedimento, pelo convite para apresentação de propostas que substitui o programa do procedimento, pelo caderno de encargos e pela proposta adjudicada.
- 4 - No caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior, a prevalência é determinada pela ordem aí apresentada.
- 5 - A minuta do contrato é aprovada pelo Presidente da Câmara ou pelo Vereador com a competência delegada.
- 6 - Aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, conjuntamente com a adjudicação para que este se pronuncie no prazo de 5 dias úteis subsequentes à adjudicação.
- 7 - Decorrido o prazo de cinco dias úteis, sem que tenha sido apresentada reclamação, apresentada nos termos do art.º 102º do CCP, considera-se aceite pelo adjudicatário.
- 8 - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, cabendo ao órgão competente para contratar comunicar ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data, hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
- 9 - A não outorga do contrato, por facto imputável ao adjudicatário, ocasiona a caducidade da adjudicação nos termos do art.º 105º do CCP.

10 - Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto no **Código dos Contratos Públicos**, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro**, na sua versão atual.

11 - Haverá redução de contrato escrito, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º, atendendo a que a prestação de serviços excede 10.000,00€.

Cláusula 5.ª

Prazo, local da entrega dos bens e gestor do contrato

1 - O contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, entra em vigor na data da aposição da última assinatura e cessa a sua vigência logo que atingido o valor contratual.

2 - O objeto do contrato será executado em consonância com a Divisão de Projetos, Concursos e Empreitadas.

3 - Fica o Eng.º José Amaro, Chefe de Divisão de Projetos, Concursos e Empreitadas, designado como gestor do presente contrato, e com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, nos termos do Artigo 290.º A, do CCP.

Cláusula 6.ª

Obrigações do prestador de serviços

1 - Nos termos do contrato a celebrar, o Prestador de Serviços obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.

2 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de Serviços as seguintes obrigações principais:

- a. Prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
- b. Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
- c. Garantir os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;

- d. Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato;
- e. Comunicar ao Contraente Público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- f. Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- g. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo Contraente Público;
- h. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
- i. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
- j. Cooperar com o Contraente Público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Prestador de Serviços em representação do Contraente Público;
 - ii. Quando o Contraente Público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

3- O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

Cláusula 7.ª

Conformidade e Garantia Técnica

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e, no que se refere aos elementos entregues à Câmara Municipal de Setúbal em execução de contrato, às exigências legais, obrigações do prestador e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de prestação de serviços, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 8.ª

Dever de Sigilo

- 1- O Prestador de Serviços obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
- 2- O Prestador de Serviços obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
- 3- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 4- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de Serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 5- O Prestador de Serviços obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
- 6- O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do contraente público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
- 7- O Prestador de Serviços não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do Contraente Público sem o consentimento prévio deste.

Cláusula 9.ª

Proteção de dados pessoais

- 1 - A atividade desenvolvida pelo adjudicatário e respetivos técnicos, independentemente da natureza da relação contratual, encontra-se sujeita à aplicação da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), que revoga a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento e do Conselho, de 24 de

outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

2 - Com a celebração do Contrato, o adjudicatário assume a qualidade de subcontratante no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais objeto do Contrato, em que o Município de Setúbal assume a qualidade de entidade responsável pelo tratamento.

3 - O adjudicatário obriga-se, ainda, enquanto subcontratante, ao cumprimento de todos os deveres e obrigações que impendem sobre o Município de Setúbal, enquanto entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais objeto do contrato, comprometendo-se designadamente a:

- a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pelo Município de Setúbal, única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto do presente Contrato;
- b. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso, ou que lhe sejam transmitidos pelo Município de Setúbal, sem que, tenha sido por esta, expressamente instruído por escrito;
- c. Comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa, ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- d. Assegurar que os trabalhadores temporários e os seus colaboradores (incluindo representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o cocontratante e o referido colaborador) cumprem todas as obrigações previstas na presente Cláusula;
- e. Assegurar a confidencialidade dos dados pessoais recolhidos, sem prejuízo de respeito com obrigações legais, nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras;
- f. Colaborar com o DPO (Data Protection Officer – Encarregado de Proteção de Dados) do Município de Setúbal, facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.

4 - O adjudicatário garante, sem prejuízo de assegurar a utilização contínua dos dados e aplicações migradas findo o Contrato, que os dados pessoais por si tratados, na qualidade de subcontratante, são integralmente destruídos, mantendo-se também o sigilo mesmo após a cessação do presente Contrato, independentemente do motivo pelo qual ocorra.

5 - Em observância pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, os currículos e/ou outros documentos nos quais constem dados pessoais, deverão vir acompanhados do consentimento expresso dos seus titulares, para que o Município de Setúbal, no âmbito exclusivo do procedimento de contratação pública em apreço, fique habilitado para o tratamento desses dados.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

- 1 - A emissão das faturas eletrónicas pelo Prestador de Serviços deverá ser feita após a execução dos serviços e será paga por transferência bancária.
- 2 - As quantias devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo de **60 dias** após a receção da devida fatura e deverá observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP e legislação conexa, devendo da mesma constar o máximo dos seguintes elementos: a referência do contrato, o número de compromisso, os números das notas de encomenda ou outro documento equivalente.
- 3 - Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas, deve este comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.
- 4 - As faturas eletrónicas a emitir pelo Prestador de Serviços deverão ser enviadas para o email: fe@mun-setubal.pt.
- 5 - A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.
- 6 - O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
- 7 - Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

Cláusula 11.ª

Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Setúbal pode exigir do fornecedor dos bens, o pagamento das seguintes quantias:

1.1 – Se o fornecedor não cumprir com o prazo de execução contratualmente estabelecido, poderá ser aplicada, até à data do cumprimento ou à rescisão do contrato, a sanção diária de 1‰.

1.2 – Se o adjudicatário não cumprir com o objeto contratual ou incorrer em cumprimento defeituoso, a Câmara Municipal de Setúbal, reserva-se o direito de denunciar o contrato, sempre que haja incumprimento de alguma das cláusulas contratuais.

1.3 – Pelo incumprimento por prazo superior a cinco dias, a Câmara Municipal de Setúbal, poderá rescindir o contrato, notificando o adjudicatário.

Cláusula 12.ª

Força maior

Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte da Câmara Municipal de Setúbal

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Câmara Municipal de Setúbal pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 14.ª

Subcontratação e cessão da posição contratuais

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessação da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª

Resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª

Comunicações e notificações

- 1** - Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.
- 2** - As comunicações e as notificações dirigidas ao Contraente Público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

Cláusula 17.ª

Apoio técnico referente à plataforma eletrónica

- 1** - Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no sítio <https://www.acingov.pt/>.
- 2** - Encontra-se disponível, no sítio referido no número anterior, um manual de utilização da plataforma eletrónica destinado a apoiar a participação de todos os interessados no procedimento.

Cláusula 18.ª

Contagem dos prazos

A contagem dos prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Cláusula 19.ª

Legislação aplicável

- 1** - O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

2 - Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

PARTE II

Especificações Técnicas

Cláusula 20.ª

Âmbito dos trabalhos

- 1- Com a presente proposta pretende-se levar a acabo a contratação de elaboração dos projetos de execução de arquitetura, para a **“Requalificação das Instalações da ESCOLA SECUNDÁRIA BOCAGE (LICEU)”**, sita em União de Freguesias de Setúbal.
- 2- Este projeto terá como referência uma proposta base elaborada pelos Serviços Municipais e pré avaliada com DGEST.
- 3- O edifício escolar tem as seguintes características:
 - a) Implantação do edificado – 3.884,00m²;
 - b) Área edificado existente (área bruta coberta) a reabilitar – 11.056,00m²;
 - c) Área Recreio/Arranjos exteriores – 17.506,00m²
 - d) Áreas a ampliar (edifício escolar e portaria) – 460,00m²
 - e) Construção do edificado (área bruta coberta) – 11.056,00m²;
- 4- A área exterior possui uma área de 17.506,00m² pretendendo o ajuste e adaptação das questões relacionadas com a mobilidade/acessibilidades e intervenção em algumas zonas de campos de jogos/recreio.
- 5- O desenvolvimento do projeto terá de considerar exigências particulares associada à candidatura nomeadamente: -Despacho AML e Despacho SEDR - atualização custos padrão máximos de referência para operações de investimento em infraestruturas, e definições de custo padrão máximo de referência para equipamento escolares (ver anexos).
- 6- Deve ainda ter em atenção ao cumprimento das normas constantes no Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, nomeadamente:
 - **no caso de novas construções**, o cumprimento do requisito NEZB+20%, ou seja, que apresente um indicador de desempenho energético, relativo ao consumo de energia primária total do edifício inferior em, pelo menos, 20%, ao requisito aplicável aos edifícios NZEB (edifícios com necessidades quase nulas de energia¹);
 - **no caso de recuperação/reabilitação de edifícios existentes**, assegurar o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - b1) alcançar, em média, pelo menos uma renovação de nível médio, tal como definido na Recomendação (UE) 2019/786 da Comissão sobre a renovação dos edifícios ou;

b2) alcançar, em média, uma redução de, pelo menos, 30% das emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa em comparação com as emissões ex ante.

7- Para o efeito, deve ser respeitada a Orientação Técnica n.º 9/2023 da Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) relativa ao cumprimento dos requisitos sobre “Não prejudicar significativamente” (DNSH) e contributo para a “Transição Ecológica”.

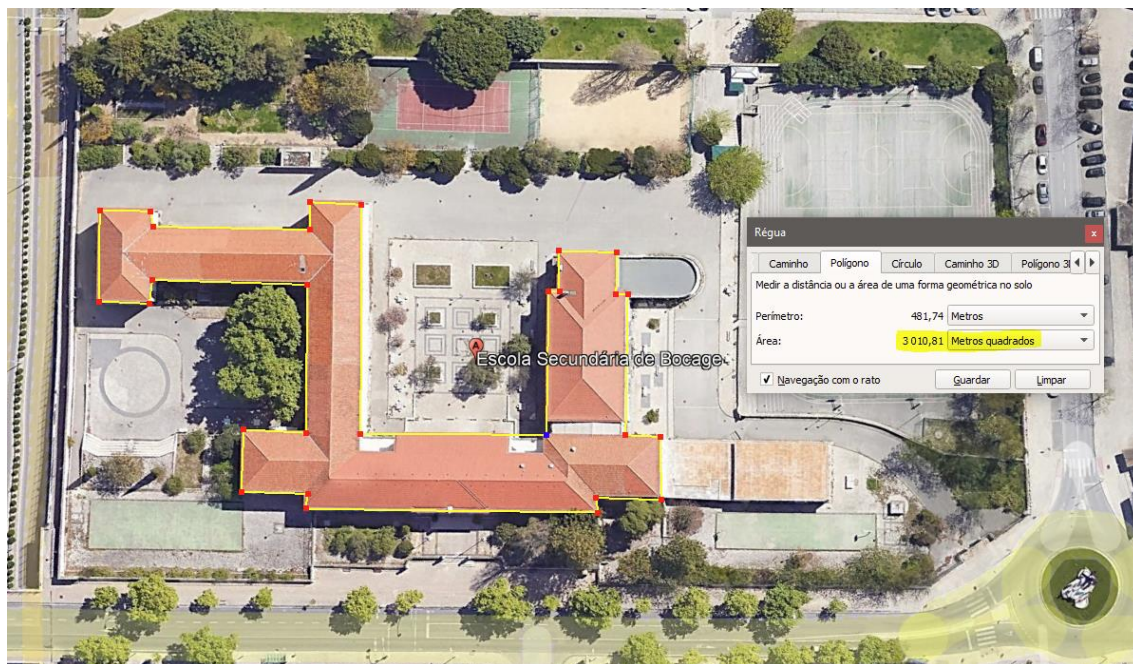
8- Elementos técnicos a considerar:

- Relatório preliminar de diagnóstico e estudo funcional (ver anexo 4)
- Levantamento Topográfico;
- Levantamento arquitetónico atualizado do edificado;
- Programa de intervenção preliminar;

Cláusula 21.ª

Localização





Figuras 1 2 e 3 – Planta de Localização

Cláusula 22.^a**Serviços a prestar****1- Os serviços a contratar serão os seguintes:**

- a) Projeto Arquitetura;
- b) Projeto/plano de acessibilidades;
- c) Projeto de arranjos exteriores/paisagismo;
- d) Caderno de Encargos Arquitetura e arranjos exteriores/paisagismo;
- e) PPGRCD, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, nos termos da legislação aplicável e atentar à Circular n.º 01/2016/DRES-DFEMR da Agência Portuguesa do Ambiente (utilização de materiais reciclados nas obras públicas);
- f) Plano de Segurança e Saúde em projeto, PSS (documento obrigatório nos termos do D.L. n. 273/2003 de 29 de outubro;
- g) Mapa de medições detalhado, mapa de quantidades e orçamento global da obra;
- h) Coordenação geral do Projeto/articulação com especialidades;
- i) Assistência técnica regulamentar
- j) Deverá constar as visitas necessárias ao edifício para retirada de eventuais dúvidas de projeto e ajustes necessários aos levantamentos fornecidos;
- k) Demais elementos legalmente exigidos conforme previsto na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto.

2- No respeitante aos projetos de execução a elaborar, serão conforme definido na Portaria 255/2023 de 7 de agosto, bem como o previsto pelo artigo 43º do Código dos Contratos Públicos e assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares relativas a cada especialidade avaliada.

Cláusula 23.ª

Elementos técnicos a fornecer pelo município

Relatório preliminar de diagnóstico e estudo funcional;

Levantamento geotécnico

Levantamento Topográfico;

Levantamento arquitetónico atualizado do edificado

Cadastro redes públicas

Cláusula 24.ª

Equipa Técnica

- 1- Para a prestação do presente serviço, deverá ser disponibilizada uma equipa técnica de projetistas qualificados para a natureza do projeto/prestação de Serviços tal como deve ser indicado ao Município o diretor de projeto e Coordenador de projeto
- 2- A Qualificação profissional dos técnicos para elaboração do projeto em causa são as definidas pela Lei n.º 31/2009, de 03 de Julho.

Cláusula 25.ª

Licenciamentos

- 1- Será da responsabilidade da equipa projetista as diligencias necessárias relativamente aos licenciamentos caso se aplique.
- 2- As taxas associadas ao licenciamento serão da responsabilidade do município.

Cláusula 26.ª

Diversos

- 1- O adjudicatário deverá entregar à CMS-Departamento de Obras Municipais/DOM uma cópia dos levantamentos em versão digital (editável dwg ver13 e não editável dwfx) e uma cópia em papel devidamente assinados pelos projetistas.

2- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as obrigações e responsabilidades à boa execução dos projetos.

3- Deverá estar prevista a assistência técnica em fase do procedimento de concurso e em todo o prazo de obra, incluindo 12 visitas técnicas à obra.

Cláusula 27.ª

Cumprimento do princípio do Não Prejudicar Significativamente “Do No Significant Harm” (DNSH)

1- Deverá dar-se cumprimento ao princípio do - Não Prejudicar Significativamente “Do No Significant Harm” (DNSH) -, de acordo com a Orientação Técnica n.º 9/2023, aprovada em 27 de julho. Esta Orientação técnica foi elaborada pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) e é parte integrante do sistema de gestão e controlo interno do PRR.

2- Fazer acompanhamento ambiental da empreitada e apresentar/preencher os relatórios de cumprimento das normas ambientais, nomeadamente as exigidas no PRR relativamente à matéria do princípio “**Do No Significant Harm**”,

▪ *“h) Ao princípio do Não Prejudicar Significativamente (“Do No Significant Harm”, DNSH), no âmbito da definição do Pacto Ecológico Europeu, donde decorre que as actividades dos projectos que tenham financiamento europeu não devem causar danos significativos a nenhum dos seis objetivos ambientais definidos no Regulamento de Taxonomia da União Europeia (Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020 relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável , e que altera o Regulamento (EU) 2019/2088).”*

Cláusula 27.ª

Anexos

Despacho AML e Despacho SEDR - atualização custos padrão máximos de referência para operações de investimento em infraestruturas, e definições de custo padrão máximo de referência para equipamento escolar;

Relatório preliminar de diagnóstico e estudo funcional; Levantamento Topográfico;

Levantamento arquitetónico atualizado do edificado;

Programa de intervenção preliminar;

Norma interna instrução projetos.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 57.º
ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c)
do n.º 3 do Artigo 256.ºA, conforme aplicável]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)

b)

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar documentos comprovativos de

que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do Artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do Artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 81.º]

1 – (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica.... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que se a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do número 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.... (local), (data), [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do Artigo 57.º.